



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 26 de março de 2025 - Ata n.º 19.

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Batatinha** (na função de 1.º Secretário) e **Tercílio Turini** (na função de 2.º Secretário), “sob a proteção de *DEUS*”, iniciou os trabalhos da **19.ª Sessão Ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta quarta-feira. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Batatinha – MDB): Não há Expediente a ser lido. E solicito ao 2.º Secretário que faça a leitura da Ata.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Solicito ao Deputado TercilioTurini, 2.º Secretário, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado TercilioTurini – MDB): (Procedeu à leitura da Ata da 18.ª Sessão Ordinária, de 25 de março de 2025.) Era isso, Sr. Presidente

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito: Deputado Delegado Tito Barichello.



DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): *Shalom!* Quero cumprimentar a sociedade paranaense; cumprimento o Líder do Governo, o Líder da Oposição, o Presidente da Assembleia Legislativa. Cumprimento o meu irmão Samuel, da comunidade judaica, que me recebeu maravilhosamente bem em orações na sinagoga, e mencionar que faremos uma Audiência Pública aqui nesta Casa com o intento de levar a verdade a respeito do conflito que acontece, quando Israel é vítima, vítima de ações malévolas de terroristas. E o momento, como conversamos agora, Samuel, é oportuno para que a área em que hoje está a Palestina seja efetivamente ocupada por Israel, como é direito de origem, porque aquela área é o Canaã, que, desde Abraão, já pertencia à comunidade judaica. Então, nosso apoio e nossa admiração. Estaremos juntos nessa luta e vejo com bons olhos. Cumprimento a Polícia Penal, o Sindicato aqui presente, que constantemente luta pelos nossos policiais penais; vamos conversar posteriormente sobre aquela questão da meia-entrada, do meio ingresso para os agentes policiais, que é uma luta do nosso Sindicato. Senhores, utilizo a palavra agora efetivamente a respeito de uma situação de um Projeto de Lei que apresentei a esta Casa e me coloco, primeiramente, na condição de consumidor, porque sou consumidor e sou legislador. Como consumidor, Sr. Presidente, muitas vezes, Deputado Renato Freitas, vou aos estabelecimentos comerciais e tem lá produtos em oferta: *pague dois, leve três*; produtos com 20% a 30% de desconto. Após passar pelo caixa, comumente, vejo que aquele desconto não foi efetuado, ou seja, o *pague dois, leve três* é *pague três, leve três*, e aquele desconto de 20%, 30%, Deputada Flávia Francischini, não aconteceu. Coincidentemente, essa prática é mais comum em estabelecimentos que não têm o visor, não têm o monitor voltado para o consumidor. Estive em uma rede de farmácias muito grande aqui de Curitiba comprando diversos medicamentos e, ao final, quando fui verificar a nota, não me deram os referidos descontos e não pude acompanhar, Sr. Presidente, o valor pelo monitor, porque o monitor estava voltado unicamente, Deputada Flávia, para o caixa e não para o consumidor. Então propus um Projeto de Lei para que os estabelecimentos comerciais tenham



o monitor voltado para o consumidor, para que o consumidor possa verificar se aquela promoção *pague dois, leve três* está sendo ali materializada, se aquele desconto de 10%, 20%, 30% está acontecendo, porque nesses estabelecimentos comerciais, Deputado Fadel, quando verifico a nota fiscal em momento posterior, noto que acontece corriqueiramente de não darem o desconto. E os estabelecimentos comerciais são muito simpáticos - apresento a nota, levam-me até o caixa e me entregam, em regra em dinheiro, aquele valor que deveria ter sido descontado. Mas a prática me parece – não estou dizendo que haja má-fé – que é uma prática comum. E verificar em momento posterior na nota é muito difícil e, às vezes, Sr. Presidente, constrangedor por parte do consumidor, porque ele tem que voltar à fila, chamar o caixa, e poucas pessoas verificam na prática se efetivamente aquele desconto foi dado. Muitas vezes, como se diz no linguajar popular, a questão *passa batida*. Então, é importante que o monitor esteja voltado para o consumidor também, para que ele verifique se aquela oferta está sendo ali materializada, porque na prática muitos estabelecimentos comerciais, a meu ver, deixam de cadastrar, de boa-fé – ou de má-fé, não sei –, mas deixam de cadastrar o produto que está em oferta. Em momento posterior, sim, eles resolvem, mas na prática, Sr. Líder do Governo, vemos que depende do consumidor voltar ao caixa e mostrar a nota. Então, o monitor voltado para o consumidor é imprescindível, dentro do princípio básico da transparência, ou seja, o consumidor está ali pagando e já vai verificando nos preços, com o monitor voltado para ele, se aquele valor... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Tito, V.Ex.^a vai usar o Horário das Lideranças?

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Vou usar um minuto, apenas uns minutinhos a mais no Horário da Liderança. Então, propicia o quê? Propicia ao consumidor verificar efetivamente se o preço que está pagando é aquele que está na gôndola, não causando danos ao consumidor. Acredito que seja uma medida que não onere o empresário, porque sei a dificuldade que



nosso empresário tem hoje, mas um monitor voltado para o consumidor é imprescindível para o acompanhamento dos preços. É uma medida salutar que vai ao encontro de todos os princípios consumeristas, protegendo e dando a oportunidade ao consumidor de verificar, efetivamente, que valor está sendo pago. Agradeço ao Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Esta Presidência agradece a visita dos alunos do 3.º ano do Ensino Médio do Colégio da Polícia Militar, acompanhados pela Professora Linete. Obrigado pela presença. Pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Bom dia a todos os Deputados e Deputadas. O tema que me traz aqui hoje é um tema nacional, este aqui: *Sem anistia*. Sem anistia é o clamor do povo brasileiro sobre o julgamento que continua, agora nesta manhã, das pessoas que tramaram um golpe de Estado. Um golpe – cabe frisar bem – que não foi, por óbvio, executado, até porque, se o golpe fosse executado, eu não teria liberdade de estar hoje aqui com a plaquinha *sem anistia*. Pessoas que, em conluio com autoridades militares, planejaram, para além de não acatar um resultado das urnas democráticas do Brasil, em assassinar um Presidente da República, um Vice-Presidente e uma autoridade do STF. Uma das piores fases da História brasileira, no sentido de autoritarismo, de abuso da máquina pública, de desrespeito às regras democráticas. Hoje não está sendo julgado o inominável, está sendo julgado todo um contexto de pessoas que fizeram mal para o País. Mal no sentido de criar a fila do osso, onde as pessoas ficavam na fila por ossos para usar como mistura. Mal por não terem feito o desempenho econômico que o Brasil precisava, como está ocorrendo hoje. Mal por negar a ciência, por negar a saúde em uma pandemia que matou milhares de brasileiros. Está sendo julgado hoje o contexto como um todo. Não só a negação à vacina, não só a incentivar as pessoas a não usarem máscaras e não só zombar daquelas pessoas que, na época, estavam com covid, está sendo julgada agora também a cocaína no avião da FAB, as jóias, está sendo julgado o absurdo de



extrapolação da Constituição brasileira que fizeram quando estavam no poder, o abuso ao achar que estavam em regime militar, que só a hierarquia de patente ia resolver toda a situação do País. Agora, através de áudios, de provas factuais, provas concretas e delações já homologadas temos um cenário. E o que está acontecendo? Começou-se o que já esperávamos. Quando o navio dá sinais de que vai afundar, a primeira coisa que acontece: os ratos pulam do navio. E isso já ocorreu. O filho Eduardo, Deputado Federal eleito, fugiu para Miami. Fugiu para não poder ficar aqui e ser julgado no sistema brasileiro, aquele sistema que eles defendiam tanto e que julgou o Presidente Lula, aquele sistema que eles achavam que a Polícia Federal era o maior exemplo do Brasil e agora criticam a Polícia Federal. Diferente de Lula, Bolsonaro está tendo o direito de defesa. Se esses crimes que estão sendo agora provavelmente confirmados a Bolsonaro – e se tornará réu e vai para julgamento – tivessem relação à época com o que Lula... Lula acho que nem vivo estaria hoje, por conta da violência política e do *lawfare* que ele sofreu. O que temos hoje é um julgamento onde as instituições têm seu direito prevalecido e podem atuar de forma livre. E temos aqui de parar com discursos que têm uma ditadura autoritária aqui no País, do STF. Não é verdade. Temos aqui Deputados que, em toda Sessão, xingam o STF, criticam o STF. Se fosse uma ditadura, por óbvio, nem estariam lá criticando, estariam recolhidos, com suas redes sociais, que só servem para espalhar *fake news*, cassadas. Tem que entender o momento. Tem que se entender que as coisas mudam. E, graças a Deus, a democracia no Brasil ressurgiu com a eleição do Presidente Lula. Hoje temos autonomias nos processos e temos julgamentos independentes, sem a coerção política ou ameaça. Não esqueçam que quando havia fatos jurídicos, Deputados, que envolviam Parlamentares ou alguém do Governo passado, tinha generais que estavam em postos do Governo que criticavam e ameaçavam o STF. Tínhamos um Presidente da República que ia a público na rua e criticava e ameaçava o STF. Fez isso, agora como Ex-Presidente, no Rio de Janeiro: atacou o STF, atacou o Ministro Alexandre de Moraes, fala que tem ditadura. Não, se tivesse ditadura, não estava atacando, estaria preso. O Brasil já viveu ditadura de



64 a 85, aquilo sim foi ditadura. O povo calado, com medo, mortos, esqueletos que nem foram encontrados até hoje. E é contra esse tipo de autoritarismo que estamos lutando. E é uma luta democrática, que não envolve só o PT, envolve vários partidos, várias pessoas de partidos distintos que querem ter a liberdade de se manifestar, que querem ter a liberdade de falar o que pensam, que querem ter a liberdade de escolher o que acham melhor e de defender que o sistema seja, sim, entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário atuando de forma harmônica e respeitando os seus espaços. Por isso tudo que estou aqui hoje, como milhares e milhares de brasileiros, lutando para que não tenhamos interferência em nenhum processo por anistia de golpista. Anistia de planejamento de golpe, de assassinato de pessoas, de usurpação do poder que foi derrotado nas urnas. Urnas eletrônicas, sim, que deram a eleição dos 54 Deputados aqui. Tem Deputados que usam aquele lado lá para criticar o resultado das urnas eletrônicas, que não acreditam nas urnas eletrônicas, mas foram eleitos pelas urnas eletrônicas e estão naquela tribuna falando que não aceitam o resultado. Primeira coisa, para ter moral política, para ter vergonha na cara em falar isso, é renunciar ao mandato e falar assim: *eu não aceito ser eleito pela urna eletrônica*. Aí sim tem credibilidade para cobrar que a urna não funciona. Agora, é eleito pela urna eletrônica, sobe lá e fala que é ela fraudulenta. Fraudulentos são os pensamentos de pessoas como essas; fraudulentas são as *fake news* postadas nas redes sociais; fraudulentas são as informações divulgadas em milhares de grupos de *WhatsApp*, em disparos em massa de coisas que nunca existiram no Brasil. Não esqueçamos. Houve um delírio cognitivo, muitas pessoas foram usadas. Bater continência para a bandeira americana, fazer culto a pneu, usar o celular com a luz para chamar alienígena. Delírios que jamais em sã consciência são aceitáveis em uma democracia. Trancamento de ruas, rodovias, ocupação da entrada de quartéis pedindo intervenção militar. São esses que estão em julgamento hoje, esses que coordenaram essa ação. Isso não nasceu do nada, da mente do povo brasileiro. Fizeram ações orquestradas de disparos em massa, de uso de redes sociais e digitais pregando a mentira e o ódio. O Brasil chegou naquele patamar por uma



coisa construída, planejada, arquitetada, com estratégia inclusive militar, infelizmente. E é esse contexto que está agora sendo julgado. Sem anistia para nenhum dos envolvidos no planejamento do golpe no Brasil – é o que pede o povo brasileiro. Sem anistia e punição para os culpados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Furacão, meu coração. Meu time, que, desde a minha infância, Deputado Alexandre Curi, conheci quando o seu avô e Ex-Presidente desta Casa era o nosso Presidente do Athletico. E jovem já, adolescente, Deputado Arilson, tivemos o privilégio de ganhar dele todos os equipamentos para colocar no nosso estádio, Antiocho Pereira, em União da Vitória. A iluminação, as arquibancadas, temos um estádio para quase 9 mil pessoas e fomos presenteados pelo Furacão, através da pessoa de Aníbal Khury, meu conterrâneo, da minha cidade, meu Deputado, que trabalhei enquanto ele esteve vivo. E agora estou com o neto dele para onde for. Cento e um anos, Romanelli, do meu Furacão hoje, 101 anos de história. Percalços vão ter sempre na vida. Quem que não tem, não é, Nelson? Altos e baixos, duvido quem não teve na vida. Mas, ano que vem, estamos de volta com tudo para a primeira divisão, que é o lugar onde merecemos. Agora, se você olhar lá de dentro do estádio, você vai ver a magnitude desse clube, você vai ver a grandeza desse clube que projetou o Paraná para o Brasil e para o mundo. Só quero confirmar aqui, enquanto os Deputados e colegas chegam até o Plenário, porque temos um Projeto de Lei Complementar aqui que vai ser votado e é necessário ter 28 votos favoráveis – vocês sabem bem. Quero confirmar as primeiras mudanças do Governo Ratinho Junior, que já foram efetivadas. A primeira delas é o Ex-Prefeito de Cascavel, Leonaldo Paranhos, que entra no lugar do Secretário Márcio Nunes, do Turismo. O Ex-Prefeito Rafael Greca assume a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e o Everton Souza, que era o Secretário, vai comandar o IAT. No Planejamento, entra o representante de Maringá, não é, Deputado? Ulisses Maia,



gestor, muito competente e que certamente fará um grande trabalho lá. Na Agricultura, nosso colega, aqui da Assembleia, Deputado Marcio Nunes, acho que vai ter um carinho especial por esta Casa, vai respeitar esta Casa e vai tratar como esta Casa merece. E na Administração entra o Luizão Goulart. Conhece, Deputada? Luizão Goulart, esse homem capacitado, competente, gestor, fez grandes gestões e vamos dar todo o apoio para ele nessa Secretaria. E quero finalizar e parabenizar, Deputado Alexandre Curi, Deputado Anibelli, Deputado Romanelli, Maria Victoria, pedi a coautoria, se vocês aceitarem, de um Projeto muito importante que vocês são os autores. É de vocês que começou – é porque é minha região também, Deputado Alexandre. Quero publicamente pedir a coautoria, Alexandre, desse Projeto que obriga as empresas a realizarem a classificação da folha do tabaco nas propriedades, para definição do preço pago ao produtor. Muito importante, muito importante. A minha região Sul do Paraná congrega grande parte do tabaco no Paraná e este Projeto vai fortalecer o preço, fortalecer a possibilidade de que o agricultor não seja tão sufocado, Romanelli...

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): O senhor me permite um aparte?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Claro.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Queria primeiro cumprimentar V.Ex.^a por ter levado à tribuna o tema. O Projeto de Lei – eu inclusive apresentei o Projeto de Lei e aí vi que o Deputado Alexandre Curi havia apresentado um Projeto similar a esse. E fico muito feliz, Deputado Hussein Bakri, que o senhor vá à tribuna e fale deste tema. Porque chega de ter exploração dos fumicultores, da forma com que tem sido feito as fumageiras. O fato concreto é assim: Rio Grande do Sul fez uma lei, na qual nos inspiramos para fazer esta lei. Lá no Rio Grande do Sul as empresas, obrigatoriamente, têm que fazer a classificação da folha do fumo na propriedade do fumicultor. Isso é mudar essa relação, isso vai ser muito mais vantajoso para o fumicultor. Então quero cumprimentar V.Ex.^a, e é uma honra ter V.Ex.^a como coautor deste Projeto de Lei. Se Deus quiser, Presidente Alexandre Curi, possamos mandar para a CCJ e votar o mais rápido possível,



porque é do interesse dos 99 mil fumicultores que temos no Estado do Paraná. Parabéns, Excelência.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Parabéns a vocês que tiveram a iniciativa, não é, Deputado Anibelli?

Deputado Anibelli Neto (MDB): Para encaminhar, Deputado Hussein. A vinda de V.Ex.^a como coautor – e quero aqui convidar os demais Parlamentares, todos aqueles que fazem política na região Sul – é muito bem-vinda, porque vai demonstrar que todo o Poder Legislativo tem a sensibilidade para esta pauta. Agora, também temos que valorizar. Sou o Deputado que fiz o Dia Estadual do Fumicultor, dia 28 de outubro, é uma das nossas pautas dentro da Comissão de Agricultura. Não podemos esquecer também o trabalho do Ex-Deputado Bacil, que também teve essa bandeira. E no ano passado o Deputado Alexandre Curi, Maria Victoria e eu fizemos este PL. O Deputado Romanelli, há questão de uns 60 dias, fortaleceu o nosso grupo e V.Ex.^a é muito bem-vindo. Quem sabe, até, podemos propor uma Audiência Pública nesta Casa, para que possamos até, dentro desse PL, dar mais condições para os nossos fumicultores. São lutas como estas que valem a pena. Obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): E pode contar com o meu apoio. Só quero finalizar dizendo o seguinte: “obriga as empresas a realizarem a reclassificação para a definição do preço pago”. Pessoal, só quero dizer uma coisa para vocês, vocês devem lembrar quando votávamos aqui o vale-alimentação, Curi, para os policiais militares. Lembram? E a maneira encontrada para achar recurso para pagar isso foi aumentar o imposto do tabaco em 2%. Eu peguei aquilo como exemplo. Aí os fumicultores vieram até nós aqui – o Curi deve lembrar, Deputado. Por que eles vieram até nós? Porque essas grandes empresas, elas nunca perdem, estoura sempre nas costas do pequeno, do fumicultor. Porque esse repasse ia cair no colo deles – que é diminuir o preço. E nós, com a sensibilidade do Governador, conseguimos reduzir novamente ao índice que era o ICMS, foi



mantido e os fumicultores não perderam. Quero só agradecer, essa é uma reivindicação histórica e, se Deus quiser, vamos vencer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Doutor Leonidas (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL) Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Mabel Canto (PSDB), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcio Pacheco (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Richembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Tercílio Turini (PSD), e (42 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Gugu Bueno (PSD), (função administrativa) (1 Parlamentar); Deputados ausentes sem justificativa: Ana Júlia (PT), Cloara Pinheiro (PSD), Fábio Oliveira (PODE), Goura (PDT), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Marcelo Rangel (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Soldado Adriano José (PP), Thiago Bührer (UNIÃO) (11 Parlamentares).]



Projeto regulamente protocolado pelos Senhores Deputados.

Projeto de Lei: (Com apoio e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 168/2025**, do Deputado Luis Corti, que altera a Lei n.º 11.580/1996, que dispõe sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos duas Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 465/2024, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Campanha Permanente sobre a Esclerose Lateral Amiotrófica no Estado do Paraná.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 659/2024, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que altera a Lei Estadual n.º 22.130, de 9 de setembro de 2024, Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Paraná.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 3 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 88/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 9/2025, que autoriza a concessão de uso da Pedreira do Atuba. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1**, dos Deputados Goura, Renato Freitas, Requião Filho, Doutor Antenor, Luciana Rafagnin e Arilson Chiorato; **Emenda de Plenário n.º 2**, dos Deputados Goura, Renato Freitas, Requião Filho, Ana Júlia, Doutor Antenor, Luciana Rafagnin e Arilson Chiorato; **Emenda de Plenário n.º 3**, dos Deputados Goura, Renato Freitas, Requião Filho, Ana Júlia, Doutor Antenor, Luciana Rafagnin e Arilson Chiorato; **Emenda de Plenário n.º 4**, dos Deputados Goura, Renato Freitas, Requião Filho, Ana Júlia, Doutor Antenor, Luciana Rafagnin e Arilson Chiorato; **Emenda de Plenário n.º 5**, dos Deputados Goura, Renato Freitas,



Requião Filho, Ana Júlia, Doutor Antenor, Luciana Rafagnin e Arilson Chiorato.) O

Projeto recebeu Emendas e retorna à CCJ.

ITEM 4 – 1.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 1/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 11/2025, em regime de urgência, que institui o Fundo Estadual para Custeios de Estudos e Projetos de Serviços Públicos Delegados, altera as leis que especifica e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queria discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, peço a atenção dos colegas. Este é um Projeto de Lei Complementar. Deputados, para Projeto de Lei Complementar são necessários, no mínimo, 28 votos favoráveis. Peço a atenção de todos e todas. Obrigado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "não".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É "sim". "Sim" é "sim". Deputados que ainda não votaram, o voto é "sim". Deputados Do Carmo, Jacovós, Matheus Vermelho, peço o apoio.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Matheus, Jacovós, Luciana Rafagnin, Do Carmo?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto "sim". Tem dois Deputados chegando aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Evandro, Jacovós?

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Deputado Jacovós vota "sim".



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputado Evandro também está registrando.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): O Deputado Evandro vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): O voto do Deputado Samuel. Está encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Leônidas, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Tercílio Turini (33 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Renato Freitas e Requião Filho (5 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Ana Julia, Cloara Pinheiro, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Goura, Gugu Bueno, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Soldado Adriano José e Thiago Buhrer (16 Deputados).]* Com 33 votos favoráveis e 5 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 1/2025.**

ITEM 5 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 788/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 91/2024, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, embora o texto da Mensagem coloque “fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná e dá outras providências”, o conteúdo tem divergências da Oposição na criação de cargos para oficiais. A Oposição vai encaminhar voto “não”.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Este Projeto é importante para o fortalecimento da segurança pública. O nosso voto é “sim”, Deputados e Deputadas. Repito que o voto é “sim” para a segurança pública.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como vota o Deputado Nelson Justus? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Tercílio Turini (33 Deputados); Votaram Não: Arlison Chiorato, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Renato Freitas e Requião Filho (5 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Ana Julia, Cloara Pinheiro, Fabio Oliveira, Goura, Gugu Bueno, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Soldado Adriano José e Thiago Buhrer (16 Deputados).]** Com 33 votos favoráveis e 5 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 788/2024.**

ITEM 6 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 89/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 10/2025, em regime de urgência, que altera as Leis n.º 17.046, de 11 de janeiro de 2012, que dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas, e n.º 19.811, de 5 de fevereiro de 2019, que cria o Programa Parcerias do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Encaminho voto “sim”, Projeto importante.

Vi uma matéria, inclusive, que o próprio Governo Federal, através do BNDES, tem incentivado essas parcerias. Portanto, consideramos o Projeto bom.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição vai encaminhar voto “não”. A Lei n.º 17.046/2012 substitui normas para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas. Em seu §4.º do art. 2.º, prevê que atualmente é proibida a celebração de contrato de Parcerias Público-Privadas que não apresente, cumulativamente, os três requisitos: valor acima de R\$ 20 milhões; cinco anos de prestação de serviço; ou que tenha por finalidade única o fornecimento de mão de obra, fornecimento e instalação de equipamento ou execução de obra pública. A Oposição vota “não”.

DEPUTADO ALEXANDRE CURI (PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”. Deputado Denian Couto, por gentileza. Deputada Flávia, peço a colaboração.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam a Deputada Flávia, o Deputado Denian e o Deputado Ricardo Arruda? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Reichembach, Samuel Dantas e Tercílio Turini (34 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Renato Freitas e Requião Filho (5 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Ana Julia, Cloara Pinheiro, Fabio Oliveira, Goura, Gugu Bueno, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Thiago Bührer**



(15 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e 5 voto contrário, **está aprovado** o Projeto de Lei n.º 89/2025. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável do Deputado Ricardo Arruda.)

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, por favor, registre o meu voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Ricardo Arruda.

ITEM 7 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 594/2024, de autoria do Deputado Bazana, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Morretes, com sede no município de Morretes. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): A base do Governo vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Denian Couto, Flávia Francischini? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Tercílio Turini (38 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Ana Julia, Cloara Pinheiro, Fabio Oliveira, Gilson de**



Souza, Goura, Gugu Bueno, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Soldado Adriano José e Thiago Buhrer (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 594/2024.

ITEM 8 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 719/2024, de autoria do Deputado Alexandre Curi, Deputado Batatinha, Deputado Gugu Bueno e Deputado Marcio Pacheco, que Insere no Calendário Oficial de Eventos do Paraná o City Farm FAG, realizado anualmente no município de Cascavel. Parecer favorável da CCJ com Substitutivo Geral. Em discussão o substitutivo geral da CCJ. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Votando.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, não está aparecendo o voto lá no painel.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): No pequeno está.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Aqui no meu painel, Deputado Cobra, está aparecendo o seu voto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não deu a esverdeada ali.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel,



*Nelson Justus, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Tercílio Turini (36 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Ana Julia, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Soldado Adriano José e Thiago Buhrer (18 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.***

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 496/2025, do Deputado Hussein Bakri, requerendo a tramitação em regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 159/2025. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 490/2025, do Deputado Hussein Bakri, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa para o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, do 27.º Batalhão da Polícia Militar de União da Vitória, pela comemoração no dia 19 de março dos seus 17 anos; **Requerimento n.º 491/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Ex-Vereador de Bom Jesus do Sul, Sr. Clodoaldo Alves dos Santos, ocorrido no dia 13 de março, no município de Francisco Beltrão; **Requerimento n.º 492/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o envio de menção honrosa para a Igreja Ministério Moriá, localizada em Cambé, pelos relevantes serviços prestados à comunidade; **Requerimento n.º 493/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e



congratulações à Sra. Rosana Fiengo, em reconhecimento à sua trajetória profissional e relevante contribuição para a música brasileira; **Requerimento n.º 494/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações à Associação Banestado, por ocasião de seu aniversário de 75 anos de fundação, celebrado no dia 31 de março; **Requerimento n.º 498/2025**, do Deputado Delgado Tito Barichello, solicitando o envio de expediente pra o Ministério de Justiça e Segurança Pública.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À **Diretoria Legislativa para providências**: **Requerimento n.º 495/2025**, do Deputado Do Carmo, solicitando a indicação do Deputado Do Carmo como membro titular e o Deputado Nelson Justus como membro suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; **Requerimento n.º 497/2025**, do Deputado Batatinha, solicitando a correção do nome do homenageado no Requerimento n.º 436/2025, para Mike Wilian de Souza Beltramin.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 31, no horário regimental, com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final dos Projetos de Lei n.os 908/2023, 460/2024 e 719/2024; 2.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 1/2025 e Projetos de Lei n.os 788/2024 e 89/2025; 1.º Turno dos Projetos de Lei n.os 64/2025 e 87/2025; e Turno Único dos Projetos de Lei n.os 896/2023, 243/2024 e 7/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 10h28, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)